



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0000151-23.2018.8.26.0555 - 2018/001708**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **BO, OF, IP-Flagr. - 1785/2018 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1634/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 032/2018 - Delegacia de Investigações Gerais de São Carlos**
 Réu: **JOÃO VITOR QUEIROZ DA APOLONIA**
 Data da Audiência: **20/11/2018**

Réu Preso

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JOÃO VITOR QUEIROZ DA APOLONIA**, realizada no dia 20 de novembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor **DR. ARMANDO BERTINI JÚNIOR – OAB 87567/SP**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as vítimas **SILVANA ALAPONT WATANABE, EDIVALDO GUSTAVO ALAPONT COSTA, SARA ALBUQUERQUE DOS SANTOS, FRANCELIN ALBUQUERQUE DOS SANTOS e LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

desistiram das demais oitivas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOÃO VITOR QUEIROZ DA APOLONIA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 157, parágrafo 2º, inciso II, por cinco vezes, c.c. artigo 70, ambos do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal. A defesa requereu a fixação da pena mínima, com o reconhecimento da confissão do acusado. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. O réu foi reconhecido cabalmente pelas cinco vítimas. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Para cada um dos cinco crimes de roubo, considerando a temibilidade e gravidade do fato, consistente na invasão de domicílio alheio, rendendo seus moradores, perturbando o lar, que ainda é um dos poucos âmbitos de paz na vida contemporânea, considerando as diversas agressões contra as vítimas, inclusive contra uma senhora, fixo a pena base em 08 anos de reclusão e 20 dias-multa. O acusado é confesso e menor de 21 anos, razão pela qual reduzo a pena para 06 anos de reclusão e 15 dias-multa. Aumento a pena de 1/3 em razão da qualificadora, perfazendo o total de 08 anos de reclusão e 20 dias-multa. Reconheço o concurso formal, e considerando a quantidade de crimes (cinco), aumento a pena de um deles de metade, perfazendo o total de 12 anos de reclusão e 30 dias-multa. Em razão da gravidade, temibilidade, ousadia, covardia e agressividade, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. **Permanecem inalterados os motivos ensejadores da prisão preventiva. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra.** Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **JOÃO VITOR QUEIROZ DA APOLONIA** à pena



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

de 12 anos de reclusão em regime fechado e 30 dias-multa, por infração ao artigo 157, §2º, II, por cinco vezes, c.c. artigo 70, ambos do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de recorrer da presente decisão. O MM Juiz recebeu o recurso, abrindo-se vista à Defesa para apresentação das razões recursais. Encaminhe-se cópia desta sentença para as vítimas.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **Claudio do Prado Amaral**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Promotor:

Acusado:

Defensor: